

LINGUASAGEM

AS PROPOSTAS DE ENSINO DE PORTUGUÊS NAS NOTAS SOBRE A LINGUA PORTUGUEZA, DE JULIO PIRES FERREIRA (1868-1930)

Fábio Albert Mesquita¹

Francisco Eduardo Vieira²

RESUMO

Neste artigo, objetivamos analisar as propostas de ensino de português que podem ser identificadas nas duas edições das *Notas sobre a Língua Portuguesa* (1893, 1894), obra do gramático Julio Pires Ferreira (1868-1930) destinada ao uso escolar dos cursos secundários. Ancorado nos pressupostos teórico-metodológicos da Historiografia da Linguística (cf. Koerner, 2014; Swiggers, 2013, 2019), o estudo se realiza a partir da articulação entre os aspectos internos das fontes e o cenário educacional e intelectual do Brasil no final do século 19. A análise dos dados revela que, na reedição da obra, a reivindicação inicial de escolarização dos estudos advindos da linguística histórico-comparativa é substituída pela reprodução dos conteúdos gramaticais tradicionalmente previstos nos programas de ensino e nas gramáticas de feição prática.

PALAVRAS-CHAVE: Julio Pires Ferreira; Gramaticografia; Ensino de língua portuguesa; Século 19.

ABSTRACT

In this article, we aim to analyze the proposals for teaching the Portuguese language that can be identified in the two editions of *Notas sobre a Língua Portuguesa*, a work written by the grammarian Julio Pires Ferreira (1868-1930) intended for school use in secondary courses. Anchored in the theoretical-methodological assumptions of the Historiography of Linguistics (cf. Koerner, 2014; Swiggers, 2013, 2019), the investigation is carried out based on the articulation between the internal aspects of the sources and the educational and intellectual scenario of Brazil in the late 19th century. The data analysis reveals that, in the reissue of the work, the initial demand for schooling of studies arising from historical-comparative linguistics is replaced by the reproduction of grammatical contents traditionally provided for in teaching programs and in practical grammars.

KEYWORDS: Julio Pires Ferreira; Grammaticography; Teaching Portuguese language; 19th century.

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Linguística (PROLING) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Contato: fabio.albert@ufpe.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1582129370466165>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5297-880X>

² Professor Adjunto III do Departamento de Língua Portuguesa e Linguística (DLPL) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Contato: fevs@academico.ufpb.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3416265080264249>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5076-4488>

Introdução

No cenário dos estudos linguísticos desenvolvidos nos últimos anos no Brasil, temos assistido a um crescente interesse na elaboração de pesquisas no âmbito da Historiografia da Linguística, disciplina cientificamente fundamentada que se propõe a investigar o desenvolvimento das ideias linguísticas ao longo do tempo (Koerner, 2014; Swiggers, 2013, 2019). Entre as possibilidades de pesquisa nesse campo investigativo estão os estudos voltados para a interpretação historicamente situada das práticas de ensino de língua e da produção de materiais didáticos. Afinal, a dimensão pedagógica da língua se relaciona não apenas com as políticas educacionais, mas também com as próprias ideias linguísticas em circulação, uma vez que “há sempre uma perspectiva teórica (mesmo que inabilmente elaborada) que sustenta lições (e a delimitação de conteúdos programáticos) que se propõem a ensinar língua para um nível de ensino” (Batista, 2019a, p. 157-158).

Com vistas a contribuir com as pesquisas realizadas nessa área de atuação, buscamos, neste artigo, analisar as propostas de ensino de português que podem ser identificadas nas duas edições das *Notas sobre a Língua Portuguesa* (1893, 1894), obra do gramático Julio Pires Ferreira (1868-1930) destinada ao uso escolar dos cursos secundários. A partir do aparato teórico-metodológico da Historiografia da Linguística, que fornece ferramentas para a descrição e interpretação do ideário linguístico em determinado contexto sociocultural situado no tempo (Altman, 2009), articulamos, em nosso estudo, os aspectos internos das fontes investigadas com os aspectos externos, relacionados ao cenário educacional e intelectual do Brasil no final do século 19.

Esta análise, vale destacar, toma por base um estudo historiográfico mais amplo sobre as ideias gramaticográficas do referido autor, que foi desenvolvido na forma de uma pesquisa de mestrado no âmbito do grupo de pesquisa “HGEL – Historiografia, Gramática e Ensino de Línguas” (UFPB/PROLING/CNPq). Para melhor apresentar os resultados obtidos no processo investigativo, este artigo é dividido em outras quatro seções, além desta seção introdutória. Na segunda seção, apresentamos dados biográficos sobre Julio Pires Ferreira e contextualizamos o cenário educacional e intelectual do Brasil no final do século 19, momento em que foram publicadas as duas edições da obra analisada. Nas duas seções seguintes, realizamos a análise das propostas de ensino de língua portuguesa identificadas em cada edição, a partir da consideração da forma

composicional das obras, da seleção de conteúdos e dos movimentos retóricos (cf. Batista, 2019b) realizados pelo autor para defender determinadas propostas de ensino. Procuramos, também, fazer interpretações historiográficas para explicar as mudanças efetuadas na 2ª edição. Na última seção, expomos nossas considerações finais acerca dos deslocamentos observados na obra.

Julio Pires Ferreira e o cenário educacional do Brasil no final do século 19

Nascido no estado de Pernambuco, em 1868, Julio Pires Ferreira foi um advogado, escritor e professor de Português que fez parte dos círculos intelectuais pernambucanos entre as últimas décadas do século 19 e as três primeiras décadas do século 20. Bacharel em Direito e doutor em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Recife, notabilizou-se por ensinar em estabelecimentos de ensino de prestígio na capital pernambucana, com destaque para o Ginásio Pernambucano, onde assumiu a disciplina Português de forma interina no último decênio do século 19, e a Escola Normal de Pernambuco, estabelecimento em que, tendo ingressado por meio de concurso, ensinou Português de 1900 a 1930, ano de sua morte.

Reconhecido como filólogo tanto por sua atuação como professor de Português quanto por sua produção gramatical, o gramático pernambucano costumava escrever artigos sobre questões vernáculas em periódicos de circulação local, com destaque para a publicação regular de “consultórios gramaticais” no *Jornal Pequeno*, com o intuito de responder às dúvidas dos leitores sobre questões da língua portuguesa. Na década de 1920, chegou a publicar consultas e artigos sobre a gramática e a língua portuguesa em periódicos de circulação nacional, tais como a *Revista de Lingua Portuguesa*, a *Revista Brasileira* e a *Revista de Filologia Portuguesa*.

Em razão do exercício da docência no Ginásio Pernambucano, Julio Pires Ferreira publicou, em 1893, seu primeiro opúsculo sobre o português, intitulado *Notas sobre a Lingua Portuguesa*. Reeditada numa 2ª edição de mesmo título em 1894, a obra, em 1905, passou a ser denominada *Grammatica portugueza*, sendo apresentada em duas versões, destinadas ao uso do curso primário e ao uso dos cursos médio e superior.

Publicadas entre o final do século 19 e o início do século 20, essas edições se inserem num momento particular da gramaticografia e do cenário educacional brasileiro. Naquela ocasião, os gramáticos, em contraposição com a perspectiva racionalista, que adotava uma postura logicista, universalizante e especulativa para o trato gramatical,

passaram a se identificar, ao menos retoricamente, como seguidores da linguística histórico-comparativa (cf. Vieira, 2018). Tal disciplina, embalada pelo cientificismo evolucionista europeu do século 19, tinha como expoentes nomes como Franz Bopp (1791-1867) e August Schleicher (1821-1868). Interessava a esses pesquisadores desenvolver um método capaz de comparar diferentes línguas e investigar as relações de parentesco entre elas, com o intuito final de reconstruir uma língua ancestral comum não registrada em documentos (Bossaglia, 2019).

Como marco inicial desse pretendido “corte epistemológico” em relação à tradição racionalista no Brasil, costuma-se apontar para a *Grammatica portugueza*, publicada por Júlio Ribeiro (1845-1890) em 1881. Nessa obra, como destaca Vidal Neto (2010), é possível notar uma oscilação de posicionamento: de um lado, com base no espírito histórico-comparativo, a gramática aceita a evolução da língua e busca descrevê-la; de outro lado, a obra é atravessada por uma restrição normativa em relação às possibilidades de usos linguísticos, na medida em que não abre mão do caráter prescritivo e pedagógico tradicionalmente vinculado a esse tipo de instrumento. Desse modo, apesar de conferir uma “feição histórica” à gramática (Borges Neto, 2022), a obra de Júlio Ribeiro permanece ancorada nas mesmas práticas de descrição da língua já consolidadas pela tradição gramatical.

Ao analisar essa nova perspectiva gramatical inaugurada no Brasil nas últimas décadas do século 19, Cavaliere (2014) observa que, enquanto as antigas gramáticas racionalistas se ocupavam preponderantemente da missão pedagógica, as novas gramáticas que começavam a ser publicadas, autodenominadas “científicas”, tentavam conciliar as tarefas conflitantes de pesquisar e de ensinar a língua. A dificuldade de articular esses dois interesses – o da pesquisa e o do ensino – se dava, sobretudo, em razão das demandas necessárias para atingir cada objetivo: um texto investigativo, destinado a um leitor pesquisador, exigia uma metalinguagem mais complexa e discussões mais profundas e reflexivas sobre os conceitos; um texto prescritivo e pedagógico, destinado a um leitor consulente, deveria utilizar uma metalinguagem mais simples e conceitos diretos, a fim de facilitar o aprendizado (Cavaliere, 2014).

Nos anos que se seguiram à publicação da *Grammatica portugueza* de Júlio Ribeiro, a nova orientação gramatical de “feição histórica” se consolidou no âmbito escolar brasileiro, especialmente devido ao papel do Colégio Pedro II, estabelecimento localizado no Rio de Janeiro que servia de modelo para o ensino secundário no país ao longo do século 19. Em 1882, por meio de uma reforma nos programas da disciplina

Português na referida instituição, passou-se a prever um estudo da gramática que destacasse questões históricas e que encarasse a língua como um organismo vivo em evolução (Fávero, 2009).

Na esteira dessa reforma, também é necessário mencionar a instituição, em 1887, do Programa de Português para os Exames Gerais de Preparatórios, organizado por Fausto Barreto (1852-1908), professor do Colégio Pedro II. Tendo como objetivo uniformizar os conteúdos dos referidos exames, que permitiam o acesso aos cursos superiores, o programa contemplava 46 pontos que exploravam aspectos da teoria gramatical em voga. Seguindo a tendência do período, temas como a noção de gramática histórica, a constituição do léxico português e o estudo dos brasileirismos passaram a compor, juntamente com tópicos voltados para a categorização de unidades e prescrição de regras, o quadro de conteúdos exigidos para os exames admissionais.

Na visão dos gramáticos adeptos à nova perspectiva que se estabelecia na gramaticografia brasileira, o programa elaborado por Fausto Barreto foi o grande marco da mudança no ensino da língua vernácula. Maximino Maciel (1866-1923), ao analisar a história do ensino da língua portuguesa no Brasil, pontua que o programa “assignalou nova época na docência das linguas e, quanto á vernacula, a emancipava das retrogradadas doutrinas dos autores portuguezes que esposavamos” (Maciel, 1914 [1910], p. 444). O próprio Júlio Ribeiro, em artigo publicado em 17 de abril de 1887 no jornal *A Procellaria*, tece elogios ao programa e o identifica como um documento “organizado scientificamente, sobre as bases largas, solidas, da sciencia da linguagem” (Ribeiro, s.d., p. 92-93).

Com a entrada em vigor do programa de Fausto Barreto, uma série de novas gramáticas passaram a ser publicadas no país, com especial destaque para as de Manuel Pacheco da Silva Júnior (1842-1899) e Lameira de Andrade (?-1896), João Ribeiro (1860-1934) e Alfredo Gomes (1859-1924), todas lançadas em 1887. Tais obras procuravam se adequar explicitamente aos pontos elencados no programa, tal como se nota no texto de apresentação das *Noções de grammatica portugueza*, de autoria de Pacheco da Silva Junior e Lameira de Andrade:

Tinhamos emprehendido escrever uma grammatica completa da lingua portugueza, rompendo em lueta a tradição, e faziamos fundamento de entregal-a em breve á publicidade. O novo programma para os exames geraes de preparatorios, porem, veio fazer-nos mudar de proposito. É que muitos dos pontos nelle exigidos para os exames de portuguez não se encontrando nas grammaticas que por ahi correm impressas, e os

alunos não tendo fontes onde possam haurir a instrução de que carecem, resolvemos vir ainda uma vez em auxilio da mocidade estudiosa (Pacheco; Lameira, 1887, p. 3).

O excerto permite depreender que o programa de Fausto Barreto alterou o projeto gramaticográfico inicialmente idealizado por Pacheco e Lameira, que buscaram adequar a obra aos pontos estabelecidos no documento. Isso demonstra que o programa de fato funcionou, ao menos naquele momento, como um mecanismo de uniformização da terminologia e dos conteúdos apresentados nas gramáticas (Borges Neto, 2022). Nota-se, por exemplo, que tanto as *Noções de grammatica portugueza*, de Pacheco e Lameira (1887), quanto a *Grammatica portugueza: 3º anno*, de João Ribeiro (1889), são divididas em 46 lições, que coincidem, no título e na ordem de apresentação, com os 46 pontos do programa.

Realizada a devida contextualização do cenário educacional e da atmosfera intelectual dos estudos linguísticos no Brasil no final do século 19, analisamos, nas duas próximas seções, as propostas de ensino identificadas nas duas edições das *Notas sobre a Lingua Portugueza*, de Julio Pires Ferreira, considerando a relação entre as fontes em sua imanência e as questões externas aqui expostas.

A 1ª edição das *Notas sobre a Lingua Portugueza* (1893)

Conforme já mencionado, Julio Pires Ferreira desenvolveu seus primeiros escritos sobre a língua portuguesa a partir das experiências como professor do Ginásio Pernambucano na última década do século 19. Publicados originalmente no *Diario de Pernambuco* entre os meses de junho e agosto de 1893, numa coluna denominada *Linguistica*, os artigos foram reunidos e organizados em um volume de 118 páginas e 13 capítulos, que recebeu o título de *Notas sobre a Lingua Portugueza*.

Antes de adentrar em considerações acerca das propostas de ensino e dos conteúdos selecionados pelo autor, chamamos atenção para o fato de que o meio de divulgação inicial do texto foi um jornal de ampla circulação local, prática comum entre aqueles que se interessavam por questões linguísticas no período (Altman, 2004). Considerar esse ponto é fundamental para compreender alguns aspectos relacionados à forma composicional da obra.

Dadas as características dos periódicos do final do século 19, que privilegiavam textos escritos no lugar de figuras, as colunas eram apresentadas predominantemente na

forma de textos contínuos, sem a presença de quadros esquemáticos ou fontes tipográficas de tamanho diferenciado. Além disso, o reduzido espaço de publicação não favorecia a organização de tópicos ou a exposição de listas de exemplos, que somente eram apresentadas em momento pontuais, tais como na comparação de expressões da língua latina com palavras da língua portuguesa.

Ao serem transpostas do jornal para o livro, as notas preservaram grande parte dessa formatação em texto contínuo. A própria organização dos capítulos, no livro, parece ter obedecido à ordem de apresentação das notas no jornal. Isso explica o fato de um mesmo capítulo reunir, em algumas situações, conteúdos sem relação direta entre si, tal como acontece no segundo capítulo da obra, que expõe considerações sobre o alfabeto e, em seguida, apresenta observações sobre a classificação das línguas e sobre a origem das línguas indo-europeias. As estratégias de apresentação da obra, portanto, se distanciam do formato didático e topicalizado que comumente era encontrado nos compêndios escolares do período, conforme se pode observar, por exemplo, nas gramáticas escolares de João Ribeiro (1889, 1920).

Em relação aos propósitos de publicação da obra, o autor, no prólogo, deixa explícito que não buscava introduzir novidades sobre os estudos linguísticos. Sua intenção, na verdade, era a de apresentar um apanhado das

[...] locubrações de eminentes escriptores que, como Max Müller, Jacolliot, Whitney, Diez, Schleicher, Bopp, Hovelacque, Benfey, Leoni, Adolpho Coelho, Julio Ribeiro, etc., teem dedicado as suas maiores energias ao estudo d'esta sciencia (Ferreira, 1893, p. 3).

A obra objetivava ser, portanto, um meio de divulgação do conhecimento científico nas escolas. Diante desse objetivo, Julio Pires Ferreira reivindica o espaço dos estudos histórico-comparativos no ensino secundário, em oposição a um tipo de estudo que, na perspectiva do autor, estava ultrapassado:

Felizmente, o estudo que agora inicia-se sobre Portuguez é muito diferente do que outr'ora fazia-se.
Já hoje há, quem rompendo com as velharias, ouse, de uma cadeira, discutir a theoria de Renan que diz que a linguagem é um organismo.
Sim: é preciso ensinar aos alunos de portuguez mais do que é praxe no ensino official, e do que se exige para o tam decantado *exame no fim do anno*.
O estudo da origem da linguagem e das linguas, seu desenvolvimento, progresso e futura morte são idéas que devem ir dando luz nos cerebros dos estudantes (Ferreira, 1893, p. 4).

Nesse excerto, é possível constatar que, além de estabelecer uma retórica de descontinuidade com o ensino de português que se realizava no passado, pautado nas gramáticas racionalistas, Julio Pires Ferreira também considerava insuficiente se restringir ao que era costumeiramente cobrado no ensino oficial e nos “exames no fim do anno”. Sendo assim, a despeito das reformas que buscavam alinhar os programas de ensino e os conteúdos dos exames aos estudos histórico-comparativos, o ensino de português ainda não atendia completamente aos anseios do professor pernambucano, que desejava ver escolarizados outros pontos que integravam as discussões daquilo que vinha sendo constituído como a ciência da linguagem, tais como o estudo da origem das línguas. Assim, o autor demonstra que, ao menos retoricamente, não pretendia limitar sua exposição aos pontos dos programas de ensino das escolas nem aos do programa para os Exames Gerais de Preparatórios de Português de 1887.

A respeito desse movimento retórico, é importante destacar que, dada a preocupação didática da obra, o autor propõe, ainda no prólogo, que as questões que constituíam a ciência linguística do período fossem abordadas sem que houvesse a necessidade de adentrar em “questões transcendentes sobre a linguagem” (Ferreira, 1893, p. 4). Em outras palavras, as questões advindas dos estudos histórico-comparativos deveriam ser abordadas de maneira simplificada e adaptada ao nível escolar, sem a necessidade de aprofundamentos teóricos.

Ao longo da obra, é possível localizar momentos em que o autor explicita essa postura, tal como acontece, por exemplo, no capítulo dedicado ao estudo da etimologia verbal. Ao comentar sobre a formação dos temas compostos do perfeito latino, o autor realiza a seguinte consideração: “para demonstrar que esse thema é o perfeito da raiz *fu*, descoberta de Bopp, perderíamos grande espaço de tempo, sem grande resultado para os estudantes” (Ferreira, 1893, p. 94). Percebe-se, portanto, que, a despeito do alinhamento retórico com os estudos da linguística histórico-comparativa, não se perdia de vista o propósito escolar do material.

Em relação à seleção de conteúdos, é possível observar que são priorizados temas relativos à investigação científica recorrente no período, isto é, temas que têm como traço em comum a preocupação com o aspecto histórico e evolutivo da língua. O primeiro capítulo da obra, de caráter introdutório, inicia com considerações acerca dos múltiplos nomes conferidos à ciência da linguagem e com apontamentos sobre a natureza dos estudos linguísticos. Tomando a linguística como “o estudo comparativo e philosophico

das línguas” (Ferreira, 1893, p. 8), Julio Pires Ferreira a classifica como uma ciência natural, filosófica e histórica.

Para sustentar sua classificação, o autor prossegue, ainda no capítulo inicial, com a exposição de teorias sobre a origem da linguagem. Na apresentação dessas teorias, realiza-se uma prática que se repete ao longo de diversos momentos da obra: de início, são sintetizadas as teses divergentes sobre o tema e, em seguida, é assinalado o ponto de vista defendido. No caso da discussão sobre a origem da linguagem, Julio Pires Ferreira expõe, em princípio, a tese de Johann Gottfried Herder (1744-1803), que associava a origem da linguagem às onomatopeias. Em seguida, apresenta a tese de Max Müller (1823-1900) de que a linguagem era um poder inerente à natureza humana. Amparado por argumentos de autores como Adolpho Coelho (1847-1919) e Louis Jacolliot (1837-1890), o professor pernambucano critica a tese de Herder e se filia à posição de pretensão naturalista formulada por Müller.

Nos capítulos seguintes da obra, são abordados temas relacionados à história das línguas e, em específico, da língua portuguesa. O autor procura tratar de temas como a evolução lexical das formas latinas para as formas portuguesas populares e eruditas, chamando atenção para a diferenciação de uma palavra em duas ou mais formas.

Chama atenção, nesse contexto, o capítulo em que se coloca em debate a origem latina da língua portuguesa e se discute a possibilidade de uma origem céltica. Após expor os argumentos dos defensores dessa hipótese, o autor reforça a defesa da origem latina, destacando as semelhanças entre as estruturas linguísticas do português e as preposições, as conjunções e o léxico do latim. O fato de dedicar um capítulo inteiro para expor e, em seguida, refutar a hipótese do “celticismo” demonstra que o empreendimento de Julio Pires Ferreira buscava, de fato, lançar luz sobre as discussões que envolviam as preocupações da ciência da linguagem naquele período.

A partir do oitavo capítulo, a obra passa a tratar de assuntos gramaticais, iniciando com notas sobre substantivos e adjetivos. No entanto, diferentemente dos instrumentos gramaticais que circulavam no final do século 19, as considerações do autor não envolvem a divisão das partes do discurso em categorias e subcategorias. Na concepção do professor pernambucano, explicitada na abertura do oitavo capítulo, tais questões já deveriam ser dominadas pelos alunos do curso secundário, de modo que fosse possível prosseguir para assuntos tidos como mais complexos:

O alumno de um curso de portuguez que, pelo menos almeja fazer seu exame final já deve trazer para esse curso grande somma de conhecimentos sobre divisão e classificação das palavras, sobre as definições delas etc.

O estudo, então, depois de acentuados estes principios, é mais complexo e tem de relacionar-se com a origem e a etymologia das palavras (Ferreira, 1893, p. 55).

A partir da leitura da passagem transcrita, é possível notar que o autor, mesmo nos temas gramaticais, busca privilegiar uma abordagem histórica da língua, enfatizando questões de ordem etimológica. A análise de outros trechos da obra ratifica a pouca importância atribuída pelo autor às distinções classificatórias das partes do discurso, conforme se verifica nos exemplos a seguir:

Em geral os grammaticos incluem os artigos na classe dos adjectivos determinativos e dão-lhe o nome de adjectivos articulares.

Em todo o caso é sem importancia essa distincção desde que ella não traz influencia sobre origem, transformação e emprego de tal especie de palavra (Ferreira, 1893, p. 61).

Ha quem considere como pronomes somente os pessoas.

Outros incluem nessa classe todos os adjectivos determinativos que vierem sem substantivo claro, trazendo á memoria o nome antecedente. Estas distincções não tem valor algum etymologico (Ferreira, 1893, p. 63-64).

Como se observa, Julio Pires Ferreira opta por desconsiderar discussões gramaticais que não se relacionem a questões etimológicas. Com isso, a partir do oitavo capítulo, o professor pernambucano enfatiza o papel das considerações históricas para o ensino da língua portuguesa e critica determinadas práticas descritivas tradicionalmente presentes nos compêndios gramaticais escolares. As passagens transcritas a seguir, que apresentam orientações dirigidas aos professores, servem como exemplos prototípicos dessas duas posturas:

Deixamos de dar uma lista de prefixos e sufixos por tornar-se para o alumno um simples trabalho mnemotechnico de que, podemos afirmar pela pratica que possuímos, resultado nenhum tirará.

Compete ao professor, tanto que possa, procurar nas palavras conforme se deparar a ocasião, aquelles elementos e explica-los ao estudante, pois que só assim alcançará melhor resultado (Ferreira, 1893, p. 58).

Dar uma lista dos participios irregulares preferidos aos regulares etc. era descer do ponto em que nos temos colocado para de novo estudar o que as grammaticas aos milheiros dizem e repetem.

Assim, melhor seria explicar succintamente o plano da obra de Ad. Coelho, detendo-nos nos logares que mais se prestarem a uma explicação clara aos estudantes, para quem somente temos a velleidade de dizer cousas novas (Ferreira, 1893, p. 80).

Quem se dedica ao ensino, muitas vezes observa as transformações phoneticas de umas palavras, certas regras baseadas no estudo comparativo e na pratica, todas ellas palpitantes nos erros das provas de portuguez dos alumnos.

Exemplifiquemos:

Quantas vezes os nossos discípulos escrevem *leones*?

Não é este o meio de provar-se etymologicamente a razão do plural em *ões* dos substantivos em *ão*? (Ferreira, 1893, p. 108).

Nesses excertos, é possível verificar que o autor, em reforço ao que já havia anunciado no prólogo da obra, propõe aos professores um afastamento dos assuntos e das posturas costumeiramente adotadas pelas “gramáticas práticas”, instrumentos pedagógicos que, conforme destaca Borges Neto (2022), eram voltados para o ensino dos “bons usos” da língua. Apesar de não ignorar por completo os temas tratados em tais instrumentos, o opúsculo de Julio Pires Ferreira busca discorrer sobre “assunto mais científico”, tal como se verifica num comentário elaborado pelo autor após considerações sobre a noção de grau:

Deslisamos por sobre o que faz objecto das grammaticas praticas que não são em pequeno numero, esquivamos-nos de tratar sobre os comparativos de igualdade, superioridade e inferioridade, sobre os superlativos, absolutos e relativos, pois só tivemos em mente ao iniciar a publicação destas notas esboçar o que de mais importante se encontra no estudo de nossa lingua.

Assumpto mais scientifico, nos chama a attenção. As flexões verbaes demandam muito estudo e são de muitíssima importancia (Ferreira, 1893, p. 78).

Os apontamentos feitos até aqui permitem concluir que, na 1ª edição das *Notas sobre a Lingua Portuguesa*, Julio Pires Ferreira propõe, para o curso secundário, um ensino de português pautado nas discussões científicas que então se realizavam no âmbito da ciência da linguagem. Em virtude da predominância das considerações históricas, os tópicos prescritivos, na obra, ocupam um espaço reduzido, aparecendo com destaque somente na abordagem da colocação pronominal e do emprego do infinito pessoal, tidos como temas sintáticos que traziam dificuldade aos estudantes. Nos demais tópicos, ainda

que eventuais prescrições ou proscricões normativas sejam realizadas, o foco argumentativo reside nas questões de caráter histórico.

Após a publicação do opúsculo, periódicos pernambucanos e cariocas publicaram resenhas sobre a obra. Em geral, os textos nos jornais destacavam positivamente o livro do professor pernambucano, especialmente no que diz respeito ao alinhamento das discussões com os estudos da linguística histórico-comparativa. É o que se observa, de forma ilustrativa, na resenha publicada pelo *Jornal do Recife* em 04 de outubro de 1893:

[...] O Dr. Julio Pires, abordando assumptos tão pouco explorados, entre nós, mostra a cada linha quanto lhe são familiares as opiniões correntes e os grandes mestres como Muller, Whitney, Schleiger, Hovelacque, discutindo-as e vulnerando-as em seus pontos mais fracos.

As *Notas sobre a lingua portugueza* constituem, com taes elementos, não só um precioso livro de vulgarisação, proprio para os principiantes, mas tambem uma farta fonte que pode ser consultada pelos próprios mestres [...] (Notas..., 1893, p. 2).

Em razão do reconhecimento do livro como importante instrumento para discutir e vulgarizar os temas da ciência da linguística, a obra passou a ser recomendada em estabelecimentos pernambucanos como a Sociedade Propagadora da Bôa-Vista e o próprio Ginásio Pernambucano, além de ter alcançado outros estados da região, a exemplo do Maranhão, onde é possível encontrar anúncios de venda da obra em periódicos locais.

Apesar da boa recepção do texto por parte da imprensa, a obra não foi aprovada pelo Conselho Literário de Instrução Pública de Pernambuco para uso nas escolas do estado. No parecer inicialmente emitido pelo órgão deliberativo, transcrito por Julio Pires Ferreira na edição de 24 de maio de 1894 do *Jornal do Recife*, reconhecia-se a natureza pedagógica do livro e sua capacidade de auxiliar no ensino da língua portuguesa, servindo como obra de consulta tanto para estudantes quanto para professores. Após redigir tais elogios, porém, os pareceristas concluem que o Conselho Literário de Instrução Pública não deveria tomar quaisquer providências para aprovar e recomendar a obra para uso nas escolas pernambucanas.

Pelo que foi possível depreender da leitura dos periódicos locais que repercutiram essa questão, a postura do órgão teria sido motivada por conflitos pessoais envolvendo Julio Pires Ferreira e os conselheiros Ezequiel Franco de Sá (?-?) e Francisco Carlos da Silva Fragozo (?-?). Exposta numa contenda travada nos periódicos pernambucanos após a reprovação da obra, a disputa tinha como ponto central a demissão de Julio Pires

Ferreira do cargo de professor interino do Ginásio Pernambucano. Diante disso, o professor e os conselheiros trocaram acusações que pouco dizem respeito ao conteúdo ou à qualidade da obra. Tal constatação reforça o postulado da Historiografia da Linguística de que a aceitação ou rejeição de determinadas ideias não envolve somente o mérito interno da argumentação elaborada, mas é resultado, em grande medida, dos fatores externos que atravessam a produção e circulação desses saberes (Koerner, 2014).

Ao final do embate nos artigos do jornal com os membros do Conselho Literário de Instrução Pública, Julio Pires Ferreira anuncia que, dado o sucesso de suas *Notas*, uma 2ª edição do livro já estava em vias de publicação. Na seção a seguir, serão expostas as considerações sobre as mudanças realizadas nessa nova edição.

A 2ª edição das *Notas sobre a Lingua Portugueza* (1894)

Publicada em 1894, a 2ª edição das *Notas sobre a Lingua Portugueza* traz, em sua folha de rosto, o indicativo de que a obra teria sido “completamente reformada e muito melhorada”. No prólogo, Julio Pires Ferreira destaca que a prática como docente o havia conduzido a um caminho mais amplo, de modo que a nova edição, segundo o autor, poderia “servir para o estudante de qualquer curso de Portuguez” (Ferreira, 1894, p. 6). Em relação às reformulações empreendidas, se destaca, de início, o expressivo aumento na extensão da obra, que passa a contar com 234 páginas, distribuídas em 23 capítulos. Além de dobrar a quantidade de páginas e inserir novos capítulos em comparação com a edição anterior, o autor anuncia uma importante mudança de perspectiva:

Moldada assim a presente obra, não avivamos mais os traços sobre a origem da linguagem, sobre a primitiva lingua indo européa e outras questões congeneres.

Sahiria dos limites de uma obra completamente didactica, que, nas condições precárias do nosso ensino oficial, não comporta certos estudos philosophicos (Ferreira, 1894, p. 6).

Numa comparação do excerto transcrito com o prólogo da 1ª edição, nota-se que o autor deixa de reivindicar a escolarização das discussões associadas aos estudos histórico-comparativos e reconhece a impossibilidade de dar conta de suas pretensões iniciais em meio à realidade do ensino oficial, tida como precária. Nessa mudança, que se dá não apenas na retórica, mas também nos conteúdos privilegiados na obra, passa a

defender que a escola e, conseqüentemente, a obra didática não seriam espaços apropriados para questões que envolvessem os estudos científicos sobre a linguagem.

Embora as fontes consultadas não forneçam elementos suficientes para que se possa afirmar com exatidão quais motivos teriam levado o autor a essa considerável mudança retórica e didática num curto intervalo de tempo, é possível que a decisão das autoridades públicas de recusar a recomendação da 1ª edição das *Notas* para uso das escolas do estado tenha sido um dos fatores que motivou o autor a adequar o conteúdo de sua obra aos temas tipicamente escolares.

A respeito dessa questão, convém destacar que, naquele momento, a aprovação de um livro didático pelos conselhos de instrução pública significava maior probabilidade de sucesso comercial da obra. Era prática comum, à época, publicar os pareceres de aprovação nas primeiras folhas do livro, tal como se observa, por exemplo, na *Grammatica expositiva*, de Eduardo Carlos Pereira (1855-1923), publicada em 1907. Os próprios conselheiros Ezequiel Franco de Sá e Francisco Carlos da Silva Fragozo, em meio à disputa com Julio Pires Ferreira nos periódicos pernambucanos, insinuam que seria esse o principal motivo da frustração do professor diante da reprovação de sua obra. Nas palavras dos conselheiros, caso a obra tivesse sido aprovada, Julio Pires Ferreira teria sido “deligente em publicar o nosso parecer n’uma das primeiras paginas do seu livro; e servir-se-hia d’elle como de reclamo para o credito de suas – *Notas*, e para facilitar a sua vendagem” (Franco de Sá; Fragozo, 1894, p. 5). Nesse sentido, a mudança considerável na obra pode ter sido motivada, entre outras questões, pelos interesses comerciais do autor.

No tocante à organização da nova edição, é possível observar, de início, que os temas que ocupavam os dois primeiros capítulos da edição anterior, dedicados a questões gerais sobre a ciência da linguagem, são aglutinados num único capítulo. Nesse processo, foram suprimidas as considerações sobre a classificação da ciência da linguagem, a formação da linguagem e a origem das línguas indo-europeias, questões centrais para a discussão científica então proposta pela linguística histórico-comparativa.

Em sentido contrário às supressões dos tópicos iniciais, houve uma expansão considerável dos temas gramaticais: enquanto a 1ª edição reservava apenas seis capítulos para discorrer sobre questões dessa natureza, a reedição passa a contar com dezessete. Alguns temas existentes na edição anterior, a exemplo de substantivos e adjetivos, passaram a ser abordados em mais de um capítulo, de forma ampliada. Outros pontos, tais como os tipos de gramática e as considerações sobre os termos da oração, foram

introduzidos na nova edição. Para melhor visualização das mudanças realizadas em relação aos capítulos, apresentamos o quadro comparativo a seguir, organizado de acordo com a ordem dos capítulos da 1ª edição:

<i>Notas sobre a Língua Portuguesa (1893)</i>	<i>Notas sobre a Língua Portuguesa (1894)</i>
I. Nomes dados á sciencia da linguagem. – Sua classificação. – Formação da linguagem.	Lecção Primeira. A sciencia da linguagem. [...]
II. Alphetos. – Classificação das linguas. – Qual a que deu origem ás indo-européas?	Lecção Primeira. [...] Classificação das linguas Lecção Setima. [...]. Alpheto.
III. Origem da lingua portugueza: o latim.	Lecção Segunda. Origem da lingua portugueza: o latim
IV. O celticismo.	Lecção Terceira. O celticismo
V. Ligeira noticia da formação do lexico portuguez.	Lecção Quarta. Ligeira noticia da formação do léxico portuguez
VI. Lexico portuguez: o latim.	Lecção Quinta. Lexico portuguez: o latim
VII. Dialectos. – Dialecto brasileiro. – Dialectos portuguezes. – Edades da lingua portugueza.	Lecção Sexta. Dialectos. Dialecto brasileiro. Dialectos portuguezes. Edades da lingua portugueza.
VIII. Substantivos. – Adjectivos.	Lecção Decima. Leis geraes da transformação dos sons. Estructura da palavra. Derivação e composição. ³ Lecção Decima Primeira. Taxenomia: partes do discurso. Substantivo. Lecção Decima Quarta. Adjectivos: divisão.
IX. Artigo. – Pronomes. – Collocação dos pronomes.	Lecção Decima Sexta. Artigo: sua origem. Emprego e omissão. Pronomes pessoaes: sua collocação.
X. Flexões nominaes. Declinações em portuguez e latim. – Gráus.	Lecção Decima Segunda. Flexões dos substantivos: genero; numero. Lecção Decima Terceira. Flexões substantivas: grau, declinação em latim e portuguez. Lecção Decima Quinta. Flexões dos adjectivos. Syntaxe.
XI. Flexões verbaes.	Lecção Decima Setima. Verbo: definição, divisões. Conjugações. Lecção Decima Oitava. Verbos irregulares. Participios passados. Lecção Vigesima. Etymologia verbal: pessoas, modos. Themas simples. Lecção Vigesima Primeira. Etymologia verbal: themas compostos. Voz passiva.

³ O oitavo capítulo da 1ª edição aborda as leis que regulam as modificações fonéticas na língua, motivo pelo qual encontra correspondência parcial com o texto da décima lição da 2ª edição.

XII. Verbo Haver. – Flexão pessoal do infinito.	Lecção Decima Nona. Verbo: concordância; correspondência dos modos e dos tempos. Infinito pessoal. Verbo haver.
XIII. Palavras invariáveis.	Lecção Vigésima Segunda. Palavras invariáveis.
-	Lecção Setima. Grammatica, suas divisões. [...].
-	Lecção Oitava. Liguagem: sua sede. Apparelho da phonação.
-	Lecção Nona. Vozes, ruído. Accentos. Sons. Metaplasmos.
-	Lecção Vigésima Terceira. Syntaxe. Termos da oração, relações entre si; classificação das orações. Ordem gramatical, figuras.

Quadro 1 – Correspondências entre os capítulos das duas edições das *Notas sobre a Lingua Portuguesa*⁴

Além do acréscimo de temas gramaticais, chama atenção o fato dos capítulos, na 2ª edição, passarem a ser denominados “lições”. O designativo, também empregado por Pacheco e Lameira e João Ribeiro em suas respectivas gramáticas, aproxima a obra do ambiente escolar, uma vez que explicita seu propósito pedagógico.

A busca por um maior alinhamento da reedição com as demandas escolares, por seu turno, se dá não apenas pela apresentação de capítulos na forma de “lições”, mas também pelo maior alinhamento da obra com o Programa de Português para os Exames Gerais de Preparatórios de 1887. Como consequência disso, se na edição de 1893 não havia grandes preocupações com discussões que não fossem relevantes para os apontamentos de ordem histórica, na edição de 1894 há um deslocamento de interesse para a categorização de unidades e a prescrição de regras, questões que refletiam grande parte dos pontos do programa de Fausto Barreto.

Diante desse deslocamento, foi possível observar que, no processo de reedição, houve uma mudança na própria natureza da obra publicada. Apesar de preservar o título original, a 2ª edição das *Notas sobre a Lingua Portuguesa* deixa de ser um conjunto de artigos de feição histórica e passa a ser um instrumento linguístico, mais especificamente uma gramática, fato que se comprova por meio de análises historiográficas orientadas para o contexto e para o conteúdo, apresentadas a seguir.

Numa análise orientada para o contexto, é possível perceber que Julio Pires Ferreira, por ocasião da publicação da 3ª edição da obra, renomeada com o título

⁴ Fonte: Elaboração própria (2023).

Grammatica portugueza, já reconhecia a edição de 1894 como uma gramática, conforme se observa no prólogo do livro:

O acolhimento carinhoso e excepcional que essa obra [1ª edição das *Notas sobre a Lingua Portugueza*] teve, envaideceu-nos e resolvemos publicar obra de maior desenvolvimento: em fins de 1894, esgotando-se aquella edição, **exposemos á luz uma grammatica portugueza** organizada de modo que podesse servir de guia ao estudante de portuguez de qualquer classe a que pertencesse (Ferreira, 1910 [1905], p. 3, grifo nosso).

Além da autopercepção do autor acerca da nova edição, menções à obra em jornais do período também a reconheciam como uma gramática. Na edição de 05 de agosto de 1902 do *Diario de Pernambuco*, por exemplo, numa coluna dedicada à discussão de questões da língua portuguesa, encontra-se o seguinte comentário, de autoria não informada:

Quanto aos pronomes, recommenda ao pobre rapaz que, se não quer lêr outros autores **consulte a grammatica do dr. Julio Pires**, uma das melhores da actualidade e geralmente adoptada nas escolas. Elle encontrará na pag. 147, este aviso aos tolos, como elle:

«Sobre a collocação dos pronomes pessoaes complementos (variações pronominaes) ha tantos exemplos classicos que infalliveis, certas e irrevogaveis leis ainda não foram approvadas.»

[...]

Dize-lhe que **leia tudo o que está na aludida grammatica** e em outras que eu penso mandar deixar em alguma casa por elle indicada, e depois se convencerá do papel triste que está representando [...] (Prosa..., 1902, p. 2, grifo nosso).

Conforme se observa dos trechos grifados, considera-se que Julio Pires Ferreira já possuía, em 1902, uma gramática que era adotada nas escolas e se mostrava digna de ser consultada para a compreensão de questões gramaticais da língua portuguesa. Apesar de não haver menção expressa ao título da gramática no excerto, foi possível verificar que o trecho da obra de Pires Ferreira diretamente citado pelo colunista, relativo à colocação pronominal, se encontra precisamente na página 147 da 2ª edição das *Notas sobre a Lingua Portugueza*, o que comprova que o autor do comentário se referia, de fato, à reedição de 1894. Com isso, percebe-se que, diante da ampliação do conteúdo gramatical, a obra deixa de ser encarada como um conjunto de artigos de feição histórica e passa a ser concebida, pelos próprios leitores, como uma gramática.

Numa análise orientada para o conteúdo, a natureza gramatical da 2ª edição é comprovada quando examinamos a imanência da obra a partir dos apontamentos de Aroux (2014) acerca do fato da gramatização. Para o autor, uma gramática, para ser classificada como tal, deve ser composta por três elementos básicos: a) categorização de unidades; b) exemplos; c) regras mais ou menos explícitas para a construção de enunciados. Passemos, então, a analisar o modo como a nova edição reflete tais elementos em sua imanência.

Em relação à categorização de unidades, é possível perceber que há, na reedição das *Notas*, um interesse em definir explicitamente as partes do discurso. Isso fica especialmente evidente na 11ª lição, quando se aborda a temática da taxonomia, compreendida como o estudo da classificação das palavras em categorias. Partindo do critério semântico da significação das palavras, o autor apresenta oito partes do discurso: substantivo, adjetivo, pronome, verbo, advérbio, preposição, conjunção e interjeição.

Vale ressaltar que, embora a 1ª edição da obra já se utilize dessas categorias para organizar as discussões etimológicas, é somente na 2ª edição que os conceitos e as subcategorias de cada parte do discurso passam a ser sistematizados. O Quadro 2, apresentado a seguir, ilustra a categorização de unidades na obra de Julio Pires Ferreira:

Parte do discurso	Subcategorias
Substantivo: palavra que designa o nome de animal, cousa ou objeto.	Próprio, abstrato, concreto, coletivo, verbal, etc.
Adjetivo: palavra que exprime um atributo qualificativo ou determinativo que modifica o substantivo.	Qualificativo (explicativo e restritivo), determinativo (possessivo, demonstrativo, relativo, quantitativo, articular), etc.
Pronome pessoal ⁵ : lembra um nome em referencia às pessoas gramaticais.	-
Verbo: palavra que exprime um fato.	Regular, irregular, defectivo, unipessoal, transitivo, intransitivo, pronominal, perifrástico, substantivo, atributivo, etc.
Advérbio: palavra que exprime uma circunstância.	De tempo, lugar, ordem, quantidade, afirmação, negação, dúvida, exclusão, modo.
Preposição: palavra que exprime a relação de dependência que existe entre duas palavras.	De meio, posse, companhia, tempo, conveniência, separação, matéria, causa, oposição, fim, lugar, modo, etc.
Conjunção: partícula que mostra a relação entre dois juízos, duas ideias ou duas orações.	Coordenativas (copulativas, adversativas, conclusivas, disjuntivas), subordinativas

⁵ Na categorização apresentada por Ferreira (1894), não há uma definição sistemática para a categoria “pronome”. As espécies de pronomes com função de adjetivo são incluídas na subcategoria dos adjetivos determinativos, e apenas o “pronome pessoal” é destacado de forma autônoma.

	(condicionais, concessivas, temporais, causais, integrantes).
Interjeição: grito que exprime os sentimentos de uma maneira primitiva e animal.	De apelo, dor, admiração, mando, repugnância, silêncio.

Quadro 2 – Categorização das partes do discurso em Ferreira (1894)⁶

No tocante aos exemplos, tal como acontece nos instrumentos gramaticais tradicionais, a 2ª edição das *Notas sobre a Língua Portuguesa* se utiliza de excertos de textos literários pregressos e de períodos fabricados pelo próprio autor para abonar os fatos e as prescrições realizadas. É possível perceber esse movimento em diversos momentos da obra, tal como se vê no seguinte exemplo:

Emprega-se o infinito pessoal:
 1º Quando si poder substitui-lo pela linguagem do indicativo ou do subjuntivo:
 Vimos as Ursas apesar de Juno
 Banharem-se nas aguas de Neptuno
 Luziadas C 5º E 15
 [...]
 2º Quando ha necessidade de clareza:
 Comprei um livro para (tu) lêres
 Comprei um livro para (eu) lêr (Ferreira, 1894, p. 177).

Quanto às regras para a construção de enunciados, é perceptível a maior preocupação da nova edição em apresentá-las. Enquanto na 1ª edição as regras eram elaboradas apenas em tópicos pontuais, com destaque para os temas da colocação pronominal e do emprego do infinito pessoal, na 2ª edição o trato normativo passa a abranger outros temas, tais como a concordância verbal e nominal e o emprego dos artigos e dos tempos verbais.

Além de articular, ao longo do texto, esses três elementos (categorização de unidades, exemplos e regras), a 2ª edição da obra de Julio Pires Ferreira também passa a apresentar os conteúdos que, na visão de Auroux (2014), são característicos das gramáticas: fonética/ortografia, partes do discurso, morfologia, sintaxe e figuras de construção. Tais conteúdos, vale frisar, nem sempre estão organizados separadamente em lições específicas. Na 15ª lição, por exemplo, é abordado o adjetivo a partir de tópicos relacionados tanto a questões morfológicas (flexão de gênero e número) quanto a questões sintáticas (concordância e colocação).

⁶ Fonte: Elaboração própria (2022).

Apesar disso, é possível notar que, nos capítulos dedicados a temas gramaticais, o autor busca seguir, em geral, a ordem de apresentação de gramáticas como a *Grammatica portugueza*, de Júlio Ribeiro (1881): na 7ª lição, são apresentados conceitos gerais sobre os tipos de gramática e suas divisões; da 8ª lição ao primeiro tópico da 10ª, são expostas considerações de ordem fonológica; do segundo tópico da 10ª lição até a 22ª, são introduzidos temas de ordem morfológica, intercalados por questões sintáticas a respeito das partes do discurso; na 23ª lição, por fim, são apresentadas questões relacionadas à sintaxe, tais como os elementos da oração e as figuras de construção.

Outro aspecto que chama atenção na 2ª edição das *Notas* diz respeito à forma composicional da obra. Além de ser organizada sob a forma de lições, a edição passa a apresentar uma maior quantidade de listas exemplificativas e de tópicos numerados. Para ilustrar essa última prática, segue o trecho em que o autor apresenta o conceito de sujeito:

Sujeito é o termo de que se afirma uma acção, qualidade ou estado: representa o objecto principal de que se falla e exercita o significado do verbo.

É expresso:

1º por um substantivo: – O *gato* mia.

2º por um pronome: – *Nós* pensamos.

3º por qualquer palavra substantivada: – O *não* desespera.

4º por uma proposição: – É inegavel *que a terra gyra* (Ferreira, 1894, p. 220).

Tal configuração topicalizada, somada ao aumento na quantidade de quadros e esquemas, demonstra uma maior preocupação em facilitar a compreensão dos conteúdos, o que se coaduna com o interesse do autor em apresentar uma obra destinada ao ensino de português nos cursos secundários. Vale destacar, nesse ponto, que esse tipo de estratégia de apresentação, mais esquemática e menos ensaística, já é notado na tradição gramatical ocidental desde a *Ars grammatica*, de Élio Donato (310-363 d.C.), gramática latina que, de acordo com Vieira (2018), serviu de modelo para as primeiras gramáticas vernaculares europeias. Em sua obra, Donato confere especial atenção para a estruturação da gramática, optando por um texto dividido numa maior quantidade de seções e organizado de forma mais esquemática, de modo a favorecer sua compreensão. Boa parte do sucesso que sua gramática alcançou, inclusive, “advém do método sistemático de exposição do conteúdo” (Vieira, 2018, p. 72). O fato de a reedição das *Notas* adotar estratégias de apresentação legatárias de uma tradição gramatical milenar, por sua vez, indica que, para além de uma aproximação de conteúdo, também havia uma intenção de

adequar a nova edição da forma composicional tipicamente observada nos instrumentos gramaticais.

Em relação à repercussão da obra, foi possível constatar que, diferentemente do que aconteceu com a 1ª edição, a reedição foi reconhecida pela Instrução Pública de Pernambuco, sendo indicada para uso dos professores desde, pelo menos, 1902, conforme consta na Portaria nº 11 da Inspeção Geral da Instrução Pública de Pernambuco, publicada em 09 de maio daquele ano:

O Inspector Geral Interino da Instrução Publica, usando da attribuição que lhe confere o art. 41 §§ 14 e 15 do Regulamento de 30 de julho de 1896 e tendo em vista o parecer do Conselho Superior, approved em sessão de 1º de abril proximo findo, resolve adoptar para o ensino nas aulas publicas do Estado, os livros e compendios constantes da relação junta, a qual, depois de impressa, será remetida aos respectivos professores, afim de que, como lhes é recommendado pelos art. 21 § 2 do Regimento Interno das escolas, leccionem sómente por elles as materias exigidas pelo programma em vigor.

[...]

PARA O PROFESSOR

Grammatica portugueza de Pacheco e Lameira.

Notas sobre a lingua portugueza, de Julio Pires.

Diccionario gramatical de João Ribeiro [...] (Inspeção..., 1902, p. 4).

Tal como se lê do texto da mencionada Portaria, o livro de Julio Pires Ferreira passa a ser recomendado para uso dos professores, ao lado de obras que repercutiam nacionalmente naquele momento, tais como a gramática de Pacheco e Lameira (1887) e o *Diccionario grammatical*, de João Ribeiro, publicado em 1889. Dois são os motivos que ajudam a explicar a mudança de postura das autoridades estatais quanto à recomendação da obra.

Em primeiro lugar, foi possível constatar que, a partir do ano de 1901, Julio Pires Ferreira começou a atuar no Conselho de Instrução Pública de Pernambuco. Desse modo, é possível supor que a condição de conselheiro do professor pernambucano pode ter exercido impacto na decisão de incluir o livro na lista de indicações para professores do estado.

Em segundo lugar, destaca-se a maior observância da nova edição aos pontos do Programa de Português para os Exames Gerais de Preparatórios de 1887. Tal como argumenta Vidal Neto (2021), seguir os programas de ensino em vigência consistia numa estratégia essencial para assegurar o sucesso de uma obra, seja do ponto de vista comercial, seja do ponto de vista do prestígio entre os pares. Ao passar a contemplar

grande parte dos pontos do programa organizado por Fausto Barreto, a 2ª edição das *Notas sobre a Língua Portuguesa* se tornava, do ponto de vista editorial, um título de maior interesse para uso das escolas.

Considerações finais

Neste artigo, buscamos investigar as propostas de ensino de português que são apresentadas nas duas edições das *Notas sobre a Língua Portuguesa*, obra elaborada pelo gramático e professor pernambucano Julio Pires Ferreira para uso dos cursos secundários. A partir da interpretação e da comparação entre as edições, foi possível notar um deslocamento de propostas, uma vez que o livro, em sua 2ª edição, deixou de reivindicar a escolarização dos estudos advindos da linguística histórico-comparativa e passou a reproduzir os conteúdos gramaticais tradicionalmente previstos nos programas de ensino e nas gramáticas de feição prática. Esse deslocamento, materializado em mudanças na seleção de conteúdos e na forma composicional da obra, pode ser explicado pelas condições externas do cenário educacional do período, marcado pela necessidade de instrumentos que seguissem os pontos dos exames para ingresso nos cursos superiores.

A conclusão definitiva desse deslocamento de postura se deu em 1905, quando a obra, reeditada em sua 3ª edição, passou a ter por título *Grammatica portugueza*. Como síntese conclusiva, podemos dizer que os dados alcançados neste estudo reforçam a tese de Vidal Neto (2021) de que, a partir do início do século 20, começa a haver, no Brasil, um processo de especialização da produção linguística sobre o português, de modo que as obras destinadas ao ambiente escolar, por meio de um processo de didatização, deixam de ser o espaço da discussão científica sobre a língua.

REFERÊNCIAS

- ALTMAN, C. Filologia e lingüística: outra vez. **Filologia e linguística portuguesa**, São Paulo, n. 6, p. 161-198, 2004. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/flp/article/view/131307/127699>. Acesso em: 17 out. 2023.
- ALTMAN, C. Retrospectivas e perspectivas da historiografia da linguística no Brasil. **Revista argentina de Historiografia Linguística**, v. 1, n. 2, p. 115-136, 2009. Disponível em: <https://www.rahl.ar/index.php/rahl/article/view/12/136>. Acesso em: 17 out. 2023.

AUROUX, S. **A revolução tecnológica da gramatização**. 3. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014 [1992].

BATISTA, R. O. Ensino de língua, livros didáticos e história: relações vistas pela historiografia da linguística. **Linha D'Água (Online)**, São Paulo, v. 32, n. 1, p. 155-174, jan./abril 2019a. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/linhadagua/article/view/150191/152600>. Acesso em: 24 nov. 2022.

BATISTA, R. O. Historiografia da Linguística e um quadro sociorretórico de análise. In: BATISTA, R. de O. **Historiografia da Linguística**. São Paulo: Contexto, 2019b. p. 81-113.

BORGES NETO, J. **História da gramática**. Curitiba: Editora UFPR, 2022.

BOSSAGLIA, G. **Linguística comparada e tipologia**. São Paulo: Parábola Editorial, 2019. (Coleção Linguística para o ensino superior).

CAVALIERE, R. **A gramática no Brasil: ideias, percursos e parâmetros**. Rio de Janeiro: Lexikon, 2014.

FÁVERO, L. L. História da disciplina Português na escola brasileira. **Diadorim: revista de estudos linguísticos e literários**, n. 6, p. 13-35, 2009. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/diadorim/article/view/3886/15776>. Acesso em: 17 out. 2023.

FERREIRA, J. P. **Grammatica portugueza: 2º anno, para uso do Curso medio e do Curso superior**. 4ª ed. Recife, 1910.

FERREIRA, J. P. **Notas sobre a Lingua Portugueza**. 2ª ed. Recife: Typ. F. P. Boulitreau, 1894.

FERREIRA, J. P. **Notas sobre a Lingua Portugueza**. Recife: Typ. de F. P. Boulitreau, 1893.

FRANCO DE SÁ, E.; FRAGOSO, F. C. S. Ao Sr. Dr. Julio Pires. **Diario de Pernambuco**, Recife, ano 70, n. 124, p. 5, 3 de junho de 1894. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/029033_07/9931. Acesso em: 21 abr. 2023.

INSPECTORIA geral da Instrucção Publica de Pernambuco, 9 de maio de 1902. **Diario de Pernambuco**, Recife, ano 78, n. 110, p. 4, 17 de maio de 1902. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/029033_08/3495. Acesso em: 13 jan. 2023.

KOERNER, E. F. K. Questões que persistem na historiografia linguística. In: KOERNER, E. F. K. **Quatro décadas de historiografia linguística: estudos selecionados**. Trás-os-Montes e Alto Douro: Centro de Estudos em Letras, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 2014. p. 45-63.

MACIEL, M. Breve retrospecto sobre o ensino da Língua Portuguesa. *In*: MACIEL, M. **Grammatica descriptiva baseada nas doutrinas modernas**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves & Cia, 1914 [1910]. p. 441-450.

NOTAS sobre a língua portuguesa. **Jornal do Recife**, Recife, ano 36, n. 225, p. 2, 4 de outubro de 1893. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/705110/31521>. Acesso em: 13 jan. 2023.

PACHECO, M.; LAMEIRA, B. P. **Noções de grammatica portugueza, de acordo com o programma oficial para os exames geraes de preparatórios do corrente anno**. Rio de Janeiro: J. G. de Azevedo, 1887.

PEREIRA, E. C. **Grammatica expositiva**. São Paulo: Weiszflog irmãos & Co., 1907.

PROSA sem rima. **Diario de Pernambuco**, Recife, ano 78, n. 176, p. 2, 5 de agosto de 1902. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/029033_08/3764. Acesso em: 13 jan. 2023.

RIBEIRO, João. **Grammatica portugueza**: 3º anno. 3ª ed. Rio de Janeiro: Livraria Classica de Alves & C, 1889.

RIBEIRO, João. **Grammatica portugueza**: Curso Superior. 19ª ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1920.

RIBEIRO, Júlio. **A Procellaria**: 17 de abril de 1887. *In*: **Procellarias**. São Paulo: edições cultura brasileira, s.d. p. 85-94.

RIBEIRO, Júlio. **Grammatica portugueza**. São Paulo: Tipographia de Jorge Seckler, 1881.

SWIGGERS, P. A historiografia da linguística: objeto, objetivos, organização. **Confluência**, Rio de Janeiro, n. 44-45, p. 39-59, 2013. Disponível em: <https://revistaconfluencia.org.br/rc/article/view/602/385>. Acesso em: 17 out. 2023.

SWIGGERS, P. Historiografia da Linguística: princípios, perspectivas, problemas. *In*: BATISTA, R. de O. **Historiografia da Linguística**. São Paulo: Contexto, 2019. p. 45-80.

VIDAL NETO, José Bento Cardoso. **A formação do pensamento linguístico brasileiro**: entre a gramática e novas possibilidades de tratamento da língua (1900-1940). 2021. Tese (Doutorado em Semiótica e Linguística Geral) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

VIDAL NETO, Jose Bento Cardoso. **A Grammatica portugueza, de Júlio Ribeiro**: um corte epistemológico na gramaticografia brasileira e a questão da língua portuguesa no Brasil. 2010. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

VIEIRA, F. E. **A gramática tradicional**: história crítica. São Paulo: Parábola Editorial, 2018.

Como referenciar este artigo

MESQUITA, Fábio Albert; VIEIRA, Francisco Eduardo. As propostas de ensino de português nas *Notas sobre a Língua Portuguesa*, de Julio Pires Ferreira (1868-1930). revista **Linguagem**, São Carlos, v.45, n.1, 2024, p. 38-62.

Submetido em: 20/10/2023

Aceito em: 30/09/2024